Dando início aos trabalhos, a Secretária Executiva Vânia deu boas vindas aos convidados presentes, agradecendo a presença de todos em especial aos convidados por terem aceitado o convite. E explicou que fez o convite ao Célio, Dalila e Janice, para que pessoas que estão fora desta discussão consigam emitir sua opinião sem ter opiniões formadas. Uma vez que no conselho os 2 grupos sociedade civil e governamental, cada um tem uma opinião e a discussão não consegue avançar e nem chegar a uma conclusão. A Secretária executiva Rosangela, esclarece que já fez parte do Fórum, e que sempre entendeu que o fórum era legítimo para representar os usuários, e que agora está em processo de estudo no intuito de tentar entender a situação real do Fórum. Em seguida fez uma contextualização acerca de toda a situação do Fórum de Políticas Públicas que é o assunto em foco no momento, explicando que no processo de candidatura para a eleição que estava prevista para o dia 20 de maio, o Fórum havia se candidatado como organização de Usuário e sua candidatura foi habilitada. Na véspera da eleição houve uma denúncia no Ministério público sobre a ilegitimidade do Fórum por ter se candidatado como organização de usuários, o que culminou na recomendação do cancelamento da referida eleição. A sociedade civil ao tomar conhecimento da denúncia, ficou contrariada e optou por não participar da plenária que aconteceria no dia 21 de maio onde seria discutida a prorrogação do mandato da atual gestão. Na sequencia a Secretária Vânia pediu para que a Conselheira Vânia explicasse um pouco sobre o Fórum, de que forma foi constituído e como funciona. A Conselheira Vânia iniciou colocando que o CMAS solicitou uma série de documentos ao Fórum e esta solicitação foi atendida. Falou também que o CEAS elaborou um ofício para o CMAS explicando que foi encaminhado ao CNAS um ofício apontando a legitimidade da candidatura do Fórum como representação de usuário e que estão aguardando a manifestação do CNAS. A Secretária Executiva Vânia explicou que o CMAS também encaminhou ao CNAS um ofício pedindo respaldo a respeito da situação do Fórum e o CNAS respondeu dizendo que cabia ao CMAS analisar a Carta de Princípios do Fórum e decidir se é legítimo ou não. A Conselheira Vânia explicou que as Reuniões do Fórum, as quais vêm participando, tem sempre participação de diversas políticas públicas e na área de Assistência Social participam os 3 seguimentos, embora a participação dos usuários seja menor. A conselheira reforça que a política predominante neste Fórum, é a política de Assistência Social, a qual proporciona discussões de diversas questões referentes a esta política, e que por isso entende que a representação do Fórum no seguimento dos usuários é legítima. A Conselheira ressalta que os usuários participam das discussões, levam suas demandas, o Fórum acolhe, mobiliza e organiza e dá autonomia a estes usuários. Nas últimas 6 atas não irá aparecer muito as manifestações dos usuários, por que desde o mês de Março, as reuniões do Fórum foram voltadas a eleição, mas que não tem dúvidas de que o usuário está sempre presente nas reuniões. No seu entendimento, assim como os usuários podem se organizar de diversas formas, os demais seguimentos como os trabalhadores, por exemplo, também seguem a mesma lógica e todos estão sempre presentes nas plenárias do Fórum. Explicou ainda que as reuniões do Fórum segue uma sistematização, com lista de presença, apresentação dos participantes e atas da reunião. O Fórum também faz a intersetorialidade preconizada na política de Assistência. A Secretária Vânia reforça dizendo que é um Fórum de Políticas Públicas e não de usuários. Mesmo que fosse um fórum de assistência social, não seria de usuário. Pois na Resolução 24 existem duas formas de representação neste seguimento. A diferença é que a organização de usuário é constituída juridicamente contendo cnpj, Estatuto Social e é composta por uma diretoria. Já a representação de usuário, são pessoas vinculadas aos serviços, programas, projetos e benefícios organizadas sob diversas formas incluindo fórum de usuários, associações dentre outros. A secretária  sinaliza que em uma conversa com a Conselheira Vânia, entendeu que de 30 participantes, 3 ou 4 são usuários, ou seja, não estão organizados em grupo. A Secretária esclarece que todo este entendimento é de acordo com que a mesma já vem estudando, é uma opinião própria e que não tem intensão de influenciar as demais opiniões. A Conselheira Vânia questiona A Secretária Executiva colocando que a mesma deveria expor a situação em que os conselheiros hoje se encontram em relação ao Fórum, sem precisar emitir sua opinião. Pois no seu entendimento, o ofício encaminhado ao MDS E ao CNAS, já expressava uma opinião contrária a da sociedade civil. A secretária Vânia justifica a fala da conselheira no sentido de fazê-la entender o papel da Secretaria Executiva, que é o de assessorar, estudar para poder dar respaldo técnico aos conselheiros e não somente administrativo. E Que a mesma precisa ter opinião própria sim, Pois o objetivo é tentar resolver. Se a comissão entender que o fórum pode se candidatar como representante de usuário, a Secretária mesmo tendo opinião contrária, acatará a decisão. [Baixar o anexo original](https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/?view=att&th=147d4f349a2d9592&attid=0.1&disp=attd&saduie=AG9B_P-jFkysqBdLKL4Uue_wINTF&zw)

A Conselheira Vânia coloca uma reflexão ao grupo, seguindo o seguinte raciocínio: Se no Fórum de Políticas Públicas os usuários não estão organizados, mas os CRAS e os gestores também não cumprem seu papel. A secretária segue expondo que quando voltou de licença a maternidade, encontrou o Conselho num momento de conflito e que aos poucos estamos conseguindo retomar as atividades, mas ainda a sociedade civil continua muito magoada com toda a situação. A secretária Vânia, faz um breve relato do que entende por organização de usuário, citando o exemplo do movimento de Rua chamado Escrava Nastácia, que existe em Florianópolis. A conselheira Vânia Complementou dizendo que este movimento está dentro do fórum, e o fórum tem competência para fortalecer ainda mais outros movimentos de usuários e tudo isso, só tende a valorizar ainda mais o trabalho do Fórum. A pós toda a contextualização do Fórum, a convidada Kathia Muller colocou que o fator que causou esta grande polêmica, foi o fato de um técnico se candidatar  na vaga de um usuário representando o Fórum. A convidada relata ainda que esta situação é recorrente, e que na última conferência já havia surgido este questionamento. Na opinião da convidada, seria legítimo se o Fórum escolher um usuário para candidatar-se, sem repetir o que sempre veio acontecendo. A Conselheira Vânia coloca que na reunião do Fórum, quando foi para escolher um usuário para representar o Fórum, todos os usuários que lá estavam presente, escolheram  a Elisabete Bahia. A conselheira deixa claro que entende o que é protagonismo do usuário, e que sem dúvida gostaria que tivéssemos grupos de usuários imponderados. Esclareceu também que sempre vem cobrando nas reuniões a necessidade de fortalecer a participação dos mesmos. A convidada Dilciane pondera colocando que toda esta discussão deverá ser levada de modo mais amplo para que sirva de como aprendizado em outras circunstâncias. Acredita que a denúncia contra o Fórum foi o que gerou todo um conflito, mas o que percebe é uma questão política fortemente relacionada que acabou instalando a grande polêmica. A convidada Janice, fez uma breve exposição de sua opinião, dizendo que o seu entendimento vem ao encontro d exposição da Convidada Kathia e que se recorda desta discussão que já vinha sendo feita na época em que fazia parte do Conselho Estadual de Assistência social. Quanto técnica, coloca como entende a representação do fórum e as 3 representações da sociedade civil. A convidada acredita que não é o Fórum que deve compor o conselho, e sim os 3 seguimentos que são: Entidades, Usuários e Trabalhadores. Para ela, o Fórum é um espaço de discussão, onde estes seguimentos se encontram e poderão escolher seus representantes. Reforça ainda de que caso não haja usuário para compor a vaga, deverá ser pensado em alternativa na própria Lei, para que se encontre uma forma de incluir outro seguimento na referida vaga. E é no Fórum que será definido se a vaga será cedida a mais uma entidade, ou trabalhador. Janice Frisou dizendo que o Fórum é um espaço extremamente importante, por ser um setor autônomo onde também é possível fazer articulações com as demais políticas, trabalhando a intersetor alidade. Seguindo o debate, a Convidada Dalila, expôs sua fala explicando que quando recebeu o convite da secretária Vânia, ficou feliz por poder estar contribuindo com este estudo. Explicou que participou da elaboração e construção da política, em especial da Resolução 24. Pois a mesma foi conselheira e vice-presidente no CNAS no ano de 2004 a 2006. A convidada utilizou a NOB RH, a cartilha qual descreve 3 dimensões do controle social, Dimensão Política que se relaciona a mobilização da sociedade civil, A dimensão técnica que que diz respeito a gestão e a apreciação dos trabalhos governamentais e com estas 3 dimensões é que iria nortear suas exposições. Dalila então explana acerca de seu entendimento sobre o Fórum de políticas Públicas de Florianópolis, partir dos estudos realizados e por ter participado por muitos anos de outros fóruns, reafirma que o fórum é democracia participativa não institucionalizada, ou seja, uma instância com outras dimensões. Através dos estudos realizados sobre os documentos encaminhados pelo Fórum de Políticas Públicas, Esclarece que esta instância tem caráter Inter setorial, com papel de articulação informação, cooperação entre as organizações, tomada de decisões e encaminhamentos coletivos. O que percebeu na análise das atas das reuniões do Fórum, que existe uma sistematização, com convocatória, lista de presença, atas, entre outros. Quanto às pautas das reuniões, são múltiplas devido a sua intersetor alidade e de sua natureza. Dalila relata que conhece outras cidades brasileiras que possuem fórum de políticas públicas e Florianópolis Vem repetir esta ação, que tem a beneficiar o município, estando totalmente de acordo com a política, a qual sugere uma ação Inter setorial, interdisciplinar, e com formação de rede política, e rede de conselhos. Neste sentido, o Fórum de Políticas Públicas, Vem ao encontro com o que preconiza a política expor isso, a convidada decide por analisar a política de assistência social iniciando com a NOB RH. Na sucessão 2 da NOB RH, onde diz que é responsabilidade dos entes federativos com o controle social. Dalila pediu para abrir um parêntese para fazer uma contextualização sobre a história da política de Assistência Social, bem como a história da representação dos usuários e sua caracterização, colocando que os usuários de Florianópolis ainda sofrem o reflexo de toda a trajetória. Depois de toda a esta análise, Dalila concluiu deixando claro seu posicionamento de que se o Fórum se candidatar devidamente como representante de usuário, será muito importante para o CMAS, devido a sua potencialidade. Por ser de políticas públicas não inviabiliza a indicação de representantes de diversas áreas em especial ao usuário em questão, Lastimando a pouca participação dos mesmos, recomendando identificar a causa e cobrar dos gestores à capacitação deste público. Na sequência Dilciane expôs sua fala explanando acerca da situação que presenciou no dia do cancelamento da eleição. Frisou também que não considera o Decreto legítimo e entende o sentimento da sociedade civil. Dilciane continua sua fala, no sentido de que devemos rever a ideia que temos quando se refere ao usuário da política de assistência Social. Pois de acordo com a referida política, qualquer ser humano a qualquer momento poderá tornar-se um usuário. Pelo fato da pessoa anteriormente candidata ter formação na área do Serviço Social, não lhe impede de vir a ser uma usuária. Conclui sua explanação dizendo que entende a legitimidade do Fórum para participar da próxima eleição. Dando sequencia, Célio fez um breve relato sobre a representação e representatividade. Explicou que as normativas existem para assegurar o direito dos usuários e dos outros seguimentos. Em relação aos editais de eleição, nestes faz-se necessário constar os pré-requisitos mínimos para que não haja dúvida no momento das inscrições. Frisou ainda, que estas regras não servem apenas para os editais de eleição dos conselhos, e sim para todas as Leis. No tocante a representatividade, explicou que é de extrema importância a capacitação dos usuários seja nos CRAS, conselhos, secretarias entre outros espaços de controle social. Salientou ainda, que o Fórum de Políticas Públicas, está muito a frente de muitos outros espaços de controle Social. Concluindo a reunião, a Secretária Vânia pediu o posicionamento final de todos para que ficasse claro para todos, e ficando registrado que todos os convidados entenderam que o Fórum é legítimo para candidatar-se desde que seja representado por um usuário. Não tendo mais nada a ser discutido, deu-se por encerrada a reunião, na qual eu Rosangela Castro lavrei a presente ata.